

Transferência de competências

“Autarcas relatam falta de muita informação relevante para o exercício das suas funções”

Entrevista

Camilo Soldado

Luísa Salgueiro A nova líder da ANMP admite ajustes no pacote financeiro da descentralização e espera que Governo o possa fazer

Com a descentralização de competências da administração central para as autarquias a chegar a um ponto crucial, com a transferência das duas áreas mais pesadas – educação e saúde – marcada para 1 de Abril, há ainda muitas câmaras com reservas.

A autarca socialista de Matosinhos, Luísa Salgueiro, foi escolhida há dois meses para liderar a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), sendo a primeira mulher a fazê-lo. Está a montar um observatório da descentralização para que haja uma “monitorização externa regular” que ajude a “fazer correcções ao longo do processo”. Depois das duas maiores pastas, falta transferir a acção social, o último diploma sectorial publicado, que recentemente viu dilatado o prazo de aceitação até ao final deste ano. Persiste também o ponto de interrogação sobre o que acontece nos casos em que as câmaras se recusam a assumir uma competência.

Está no cargo há pouco tempo mas, mesmo como autarca, tem lidado com o processo de descentralização. Que balanço faz?

O processo tem vindo a avançar gradualmente. São muitas as competências que já estão transferidas. Estamos numa fase crucial, com educação, saúde e acção social englobadas nesta última série de competências que serão transferidas no dia 1 de Abril. Tem vindo a decorrer a um ritmo

heterogéneo. Nem todas as competências têm recebido a mesma abertura por parte das autarquias, mas isso tem a ver sobretudo com questões operacionais e de equilíbrio dos recursos. A vontade política dos municípios é a de receber essas competências.

O que é que está a travar a aceitação nas áreas da educação e saúde?

Nalguns casos, falta de informação. No caso da saúde, muitos autarcas relatam a falta de conhecimento de muita informação que é relevante para o exercício das funções. É preciso que as reuniões das comissões [de acompanhamento] se realizem e que as administrações regionais [de Saúde] prestem mais esclarecimentos e partilhem mais informação do que aquilo que tem acontecido. Há receios sobre o estado de conservação dos edifícios. Não há ainda esse inventário realizado e, por isso, os autarcas receiam não estar nas melhores condições para assumir essa responsabilidade. Os autarcas não querem avançar para o desconhecido.

Há autarcas que não querem avançar nessas áreas porque consideram que os meios financeiros e humanos são insuficientes.

É uma questão transversal. Os autarcas estão preocupados em não agravar a situação financeira, que foi alterada pela pandemia. Perdemos receitas, tivemos despesas extraordinárias e acrescentar mais dificuldades financeiras a esse cenário é algo que nós todos queremos evitar. É importante ter as contas todas feitas. Educação e saúde são muito pesadas, têm muitos recursos humanos, com os assistentes operacionais, e também outras vertentes, como a nutrição e o enriquecimento curricular. É essa a principal preocupação: ter tudo quantificado e garantir que, à partida, as contas e os recursos estão equilibrados.



Há margem para renegociar verbas com o Governo?

Este processo deve decorrer de uma forma dinâmica. Havendo situações claramente explicadas e que revelem que há um défice, deve ser possível continuar a negociar. É importante que, da parte do Governo que vai agora entrar em funções, haja abertura para corrigir situações que estejam mal calculadas. Se for demonstrado esse desequilíbrio, que haja abertura para rever, seja do ponto de vista financeiro seja de recursos humanos. Estamos ainda numa fase de fim do processo formal. O ponto de vista material vai

operacionalizar-se a partir do dia 1 de Abril. Quando se detectarem situações que comprovadamente são prejudiciais para os municípios, [espero] que possam ser revistas. Mas, por exemplo, relativamente aos rácios do Ministério da Educação [de trabalhadores não docentes], há municípios que consideram que são insuficientes e estão a suprir as falhas a

expensas próprias.

Mas a fórmula foi revista de uma forma mais equilibrada. Eu falo no caso de Matosinhos: já temos a descentralização há seis anos [na educação] e conseguimos, nalguns casos em que havia situações deficitárias, rever as situações. A situação dos rácios dos assistentes operacionais está equilibrada. **A câmara não tem de compensar um défice de assistentes operacionais?**

Já teve. Neste momento não tem. **Houve um alargamento do prazo para o sector da acção social.** Não houve um alargamento. O prazo mantém-se: é dia 1 de Abril mas, havendo comprovadamente incapacidade de cumprir esse prazo, os municípios podem optar por 1 de Janeiro de 2023. **Propôs um observatório da descentralização. Houve algum acolhimento?**

Estamos a trabalhar para o montar com o Governo, com as universidades, com entidades externas, para monitorizarmos a forma como o processo se desenvolve e termos a certeza de que os recursos são os necessários e

foram publicados mais tarde [em 2020]. Não havia informação. Não havia informação. Sobretudo para servir o propósito de servir melhor as populações e, se houver alguma necessidade, de fazer correcções ao longo do processo. Uma monitorização externa regular é sempre benéfica para um processo tão estruturante como este. A iniciativa é da ANMP e queria que, a partir do fim do primeiro semestre deste ano, estivesse em condições de avançar.

Preveem que haja necessidade de, chegando ao fim do ano, pedir nova extensão?

Creio que não. Claro que há possibilidade de, quem entender, negociar com o novo Governo. É uma prerrogativa extra. Mas creio que, a partir do dia 1 de Janeiro de 2023, essas autarquias que não conseguem assumir já a 1 de Abril estarão então em condições. **Propôs um observatório da descentralização. Houve algum acolhimento?**

Estamos a trabalhar para o montar com o Governo, com as universidades, com entidades externas, para monitorizarmos a forma como o processo se desenvolve e termos a certeza de que os recursos são os necessários e

asseguradas pela administração central. **O processo de descentralização tem sofrido alguns solavancos. Há mais alguma área passível de ser descentralizada antes de se avançar para a etapa seguinte da regionalização?**

Antes de avançar para as seguintes, o importante é que se ponham em prática estas áreas, que são as centrais na vida da comunidade. Haverá outras em termos de património ou infra-estruturas. Mas só é conveniente que se pense em futuros passos quando tivermos bem sólidos estes que ainda estamos a dar. Estamos numa fase em que há muito por percorrer.

Este modelo está bem desenhado para os municípios mais pequenos, que terão menor capacidade de suprir eventuais insuficiências das transferências da administração central?

Municípios com menos recursos têm de ter um apoio diferente. As próprias fórmulas de atribuição dos apoios têm isso em consideração.



É importante que, da parte do Governo que vai agora entrar em funções, haja abertura para corrigir situações que estejam mal calculadas

Não pode haver um vazio. Enquanto as competências não forem transferidas, têm de ser asseguradas pela administração central

Só é conveniente que se pense em futuros passos quando tivermos bem sólidos estes que ainda estamos a dar

Um concelho que tenha uma área pequena e pouca população vai ver perpetuadas as suas dificuldades. Pode haver necessidade de atribuir apoios superiores a um concelho que até tenha menos população ou área do que outro, por uma questão de coesão

Regionalização

“Era vantajoso fazer uma alteração à Constituição”

O ano de 1998, quando os portugueses chumbaram a regionalização nas urnas, já lá vai e o país está agora em condições de regressar ao debate, entende a presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Autarcas devolveram dossier à agenda e António Costa já veio apontar novo referendo para 2024.

É possível avançar com a regionalização nesta legislatura?

Acredito que em 2024 estaremos em condições de avançar. Não é só uma opinião. [A posição] foi validada no congresso da ANMP, mas também pelo primeiro-ministro e secretário-geral do maior partido. É importante que o PSD se mantenha também nesta posição de apoio à regionalização para que a Assembleia da República possa desencadear o processo legislativo. Mais importante do que avançar para o referendo é conseguir que a população portuguesa sufrague esse referendo. Para isso, temos de explicar às pessoas o que significa a regionalização nas suas vidas. **O referendo de 1998 não terá marcado definitivamente uma posição e uma mensagem?**

Já passou muito tempo. Há mensagens lançadas quando se pretende inviabilizar a regionalização: que significará o aumento da despesa pública e um aumento de cargos políticos. São essas as duas mensagens que os adversários da regionalização tentam lançar. Para aqueles que, como eu, acreditam nas vantagens da regionalização, é importante explicar que não haverá aumento da despesa, que se avançará com o mesmo orçamento, e que não significa aumentar o número de lugares políticos. Para isso, a comissão presidida pelo engenheiro João Cravinho deu um grande contributo porque fez um cenário em que prevê a existência de 60 elementos em cada assembleia de cada uma das cinco regiões (300 no total) e sete membros em cada executivo (35 no total). Se estudarmos as entidades que podem ser suprimidas por força da regionalização – falô de organismos desconcentrados, de direcções-gerais, de institutos que podem ser eliminados – facilmente percebemos que podemos até chegar a uma soma

negativa face ao número de lugares. **Falou em cinco regiões. É um mapa pacífico?**

Acho que sim. Foi uma das vantagens que decorreram do tempo do referendo. O país foi trabalhando com base nas cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. **Com a Constituição como está actualmente, é possível que o sim ganhe?**

É difícil, sobretudo conseguir uma participação (de 50%) que cumpra. Depois, a proposta tem de ser validada em todas as regiões. Era vantajoso que se fizesse uma alteração pontual à Constituição. Não uma revisão, mas uma alteração pontual, para que o referendo pudesse ter mais condições de ser viabilizado. **Deve acontecer até 2024? Tem de acontecer até 2024.**

Já têm caderno de encargos para apresentar ao novo Governo? Estou a fazê-lo.

A direcção da ANMP acompanhou-me na proposta de percorrermos o país para ouvirmos os autarcas e estamos a fazê-lo com base nas cinco regiões até ao final de Março. **Espera alterações na proposta de Orçamento do Estado (OE) no que diz respeito às autarquias?** É natural que haja alterações. Muito do que se pode discutir não tem necessariamente de ter inscrição directa no OE. **Defendem alterações em alguma área?**

Mais importante do que as alterações a este OE é criar uma nova lei das finanças locais. Essa também é uma das minhas prioridades.

Porquê? Porque o país, para vencer as assimetrias que apresenta, precisa de novas formas de cálculo das transferências. Não podemos apenas ter por base o número de habitantes e a área dos municípios. Há preocupações que têm que ver com o despovoamento e a assimetria territorial que recomenda que haja outros critérios a ter em conta, para se evitar esta litoralização do país. Um concelho que tenha uma área pequena e pouca população vai ver perpetuadas as suas dificuldades. Pode haver necessidade de atribuir apoios superiores a um concelho que até tenha menos população ou área que outro por uma questão de coesão.